

30
Anos

Ano XXIX - Vol. XXIX - (1): Janeiro/Dezembro - 2025

CIÊNCIA
Geográfica
www.agbauru.org.br

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461


DOI: <https://doi.org/10.18817/26755122.29.1.2025.4163>

UMA LINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: REFLEXÕES A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA

A LINGUISTICS FOR GEOGRAPHY TEACHING: REFLECTIONS BASED ON
ALVARO JOSÉ DE SOUZA'S CONTRIBUTIONS

LINGÜÍSTICA PARA LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA: REFLEXIONES A
PARTIR DE LOS APORTES DE ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA

Livia Reis Dantas de Souza¹

 0000-0002-1563-0270

livia.dantas@alumni.usp.br

¹ Professora de Geografia da rede pública de educação básica do município de Cubatão-SP; doutoranda em educação científica, matemática e tecnológica pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1563-0270>. E-mail: livia.dantas@alumni.usp.br.

Artigo recebido em outubro de 2024 e aceito para publicação em abril de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Neste artigo busco traçar paralelos entre a pesquisa que desenvolvo sobre o ensino por argumentação em aulas de Geografia com as contribuições do professor Álvaro José de Souza na área de educação geográfica. Destaco das aproximações encontradas, em especial, os objetivos que compartilhamos do ensino e da aprendizagem da Geografia no enriquecimento de visões de mundo e na promoção de uma formação cidadã, e o poder da linguagem e do ato de falar que pode ser realizado por meio de processos argumentativos em sala de aula.

Palavras-chave: Álvaro José de Souza. Ensino de Geografia. Formação para cidadania. Argumentação.

ABSTRACT: In this article I seek to draw parallels between the research I am developing on teaching through argumentation in Geography classes and the contributions of Professor Álvaro José de Souza in the area of geographic education. Among the similarities found, I highlight, in particular, the objectives we share in teaching and learning Geography in enriching worldviews and promoting citizenship education, and the power of language and the act of speaking that can be achieved through argumentative processes in the classroom.

Keywords: Álvaro José de Souza. Geography teaching. Citizenship education. Argumentation.

RESUMEN: En este artículo busco trazar paralelismos entre las investigaciones que desarrollo sobre la enseñanza por medio de la argumentación en clases de Geografía con las contribuciones del profesor Álvaro José de Souza en el área de educación geográfica. Me gustaría destacar, entre las similitudes encontradas, en particular, los objetivos que compartimos en la enseñanza y el aprendizaje de la Geografía en el enriquecimiento de las visiones del mundo y la promoción de la educación cívica, y el poder del lenguaje y del acto de hablar que se puede lograr a través de procesos argumentativos en el aula.

Palabras clave: Álvaro José de Souza. Enseñanza de Geografía. Formación ciudadana. Argumentación.

INTRODUÇÃO

Ao receber o convite para elaborar um artigo numa revista científica que homenagearia o ilustre mestre Álvaro José de Souza, confesso de partida que não possuía qualquer referência inicial sobre sua biografia e seu trabalho na educação geográfica. Antecipei-me para ir atrás de suas publicações e logo me deparei com a dificuldade de ter acesso a sua produção, tendo em vista que a maioria não estava disponível na rede. Como aluna da pós-graduação da Universidade de São Paulo, pude recorrer a dois livros que ele organizou e escreveu capítulos e também a sua mais conhecida obra, a “Geografia linguística: dominação e liberdade” (Souza, 1990) buscando encontrar pontes com a pesquisa que desenvolvo no doutorado. Os livros a que me refiro e que tive acesso por meio da Biblioteca Brasileira da USP foram Paisagem, território, região: em busca da identidade (Souza, 2000) e Milton Santos: cidadania e globalização (Souza, 2000).

De pontes que encontrei com minha atuação docente e com minha pesquisa, falarei primeiro sobre sua preocupação explícita com o papel do professor de Geografia na promoção de uma

conscientização sobre as perversidades que estão postas nas relações socioespaciais. É perceptível em suas reflexões que seu interesse está em que nossa disciplina, e nós, enquanto professores, estejamos a serviço de propiciar aos alunos mais uma forma de decodificar o mundo, desvelando as ocultações que são propagandeadas e que ofuscam nosso entendimento sobre como ele funciona. É-nos dada a oportunidade de compartilhar das ferramentas linguísticas e de formas de raciocinar que possibilitem aos alunos usufruir delas na leitura e interpretação dos fenômenos geográficos, no reconhecimento das complexidades do mundo ao seu redor, e nisso reside todo o propósito do ensino de Geografia.

E, neste sentido, a leitura foi recompensadora. Conhecer sua trajetória na área permitiu verificar que temos muitas convergências sobre o que significa dar aulas de Geografia. Além disso, sua escrita é permeada por uma forma didática de expor suas ideias, trazendo exemplos cotidianos, o que torna suas reflexões palpáveis e compreensíveis, típico de um grande mestre.

Sobre a pesquisa que desenvolvi no mestrado (Souza, 2018) e continuo a desenvolver no doutorado, ao investigar as explicações geográficas e suas justificativas, ou *argumentos geográficos*, tanto nas produções acadêmicas quanto nos argumentos que são produzidos pelos alunos na sala de aula, o que temos em comum ficou ainda mais evidente na obra *Geografia linguística: dominação e liberdade* (Souza, 1990). Dando ênfase a sua assertiva, “*O ato de falar é, em grande parte, um ato político*” (Souza, 1990, p. 12), equipar os alunos com múltiplos repertórios na escola, dando voz e valorizando os repertórios que eles trazem de suas vivências, contribui ao exercício de sua participação política efetiva de maneira a poder contribuir na promoção da cidadania. Combinar esses idiomas, o científico e o cotidiano, nas aulas de Geografia, pode constituir um ensaio que permitirá, quiçá, que os futuros cidadãos se expressem e possam compreender os demais num debate coletivo, dialógico e fundamentado para a resolução de problemas e as necessárias tomadas de decisão que encontrarão em seus percursos.

Explicitar essas pontes, tanto dos objetivos da educação geográfica quanto do papel da argumentação científica nas aulas de geografia, como uma nova língua a ser aprendida, são as discussões que aprofundaremos neste artigo em que, a minha maneira, busco prestar minha homenagem ao saudoso professor Álvaro José de Souza.

DOS OBJETIVOS DA AULA DE GEOGRAFIA: PARA QUE ENSINAMOS/APRENDEMOS GEOGRAFIA? REFLETINDO A PARTIR DAS IDEIAS DE ÁLVARO JOSÉ DE SOUZA

Lamentavelmente, uma massa cada vez mais expressiva da humanidade tem sonogada a luz da compreensão do mundo, e, mesmo constituindo numericamente em algo extremamente poderoso, não é capaz de usufruir deste ‘handicap’ por conta da inconsciência. É nesse sentido que para o cientista social ou para segmentos responsáveis pelo processo educacional e pelos meios de comunicação de massa, essa necessidade de entender a teoria como elemento essencial à prática se torna fundamental; trata-se da necessidade de ter clara uma ‘leitura do mundo’, devidamente decodificado, permitindo a esse grupo de profissionais atingir as maiorias alijadas pela tecnologia excludente e, por isso mesmo, silenciadas, dando-lhes conta de que não são cidadãos de segunda ou de terceira classe (ou nem sequer cidadãos); é fundamental que essa grande massa de pessoas possa ser levada a decodificar o mundo que as cerca e as isola, para que possam se mobilizar na defesa de seus legítimos direitos de participar das conquistas da humanidade, até porque sua participação na construção dessas conquistas efetivamente ocorre (Souza, 2000a, p. 68).

Subsidiada pelas reflexões do professor Álvaro, temos em mãos um dever e um grande desafio como professores de Geografia. Muito mais do que transmitir conceitos, princípios e raciocínios próprios da disciplina, seguindo sua linha de pensamento, é preciso humanizar esse instrumental, no sentido de que eles adquiram significado e propósito pelos alunos na compreensão do mundo que os cerca, e muitas vezes os cerceia. Para Álvaro, a Geografia é uma ciência humana mais do que uma ciência dos espaços-territórios e, desse modo, reforça a ideia de que os problemas da cidade e do campo são problemas não dos espaços em si, mas das pessoas que ocupam esses espaços. Ou seja, a humanização do espaço da cidade depende de que haja essa consideração de que os espaços não são abstratos, e mais, que eles pertencem aos cidadãos, sejam eles do campo ou da cidade. São essas pessoas que lidarão com os problemas socioespaciais de seu cotidiano. Desse modo, é preciso que haja intencionalidade por parte do educador, que haja uma abordagem que não deixe o mundo real do lado de fora da sala de aula, numa perspectiva que se alinha à formação para a cidadania². Assim como o professor Álvaro, bebemos da mesma fonte com Milton Santos em “O Espaço do Cidadão” (2011), no qual defende que a cidadania que se almeja alcançar não é apenas fruto de uma herança, mas de uma conquista coletiva num processo que é infundável. Para Santos (2011), essa cidadania se aprende, se conquista e se enraíza na cultura. O processo de escolarização, portanto, abriga grande potencial de propiciar aprendizagem que possa vir a se realizar na participação cidadã. Já a Geografia possui o trunfo de poder abordar essas questões, pois investiga, analisa e busca explicar, ou dar chaves de interpretação às causalidades e consequências do sistema mundo capitalista que afetam a cada indivíduo em sua cidadania nas distintas escalas espaciais. A localização das pessoas e o seu nível social e de renda favorecem ou limitam o acesso a bens e serviços, ou seja, a depender da localização geográfica no espaço urbano em que o indivíduo se encontre, garantem-se mais ou menos direitos em função da divisão internacional do trabalho³. O crescimento econômico planejado por uma ordem estrangeira ao local seleciona espaços em que existe um desenvolvimento efetivo, acesso aos bens e serviços, em detrimento de outros lugares, produzindo fragmentação ou segregação espacial. Resumidamente, ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está, das condições geográficas preexistentes, o que está atrelado ao acesso aos bens e serviços próximos. Um exemplo disso são as periferias em grandes cidades: a localização geográfica da periferia não remete apenas à distância ao centro, mas às disparidades de salários, aos preços, às qualidades e quantidades da informação e dos serviços oferecidos, às perspectivas para o futuro, bem-estar, e à participação nas decisões político-administrativas. Essa condição de repartição espacial das classes sociais é um fenômeno urbano que confere diferentes situações de pobreza e graus de cidadania aos indivíduos.

Sendo essa a realidade em que estamos inseridos, nós e nossos alunos, com diferentes níveis de percepção acerca disso, nosso papel deve ser o de direcionar o despertar de nossos alunos sobre essa condição. No contexto da sala de aula, precisamos mediar esse entendimento e direcionar a essa visão mais crítica sobre o mundo e sobre a lógica econômico-espacial predominante.

E mais. É preciso trabalhar com a historicidade dos fenômenos e com os imaginários geográficos. Ou seja, o que está é impermanente, não foi sempre assim nem será sempre assim. Destarte, o conhecimento geográfico seria determinante para essa compreensão. Se o aluno analisa o território onde ele vive e percebe que as dinâmicas não devem ser como são, ele pode contribuir na transformação da realidade. Viria daí o estímulo ou a motivação para subverter a ordem com ideias,

como as de gerar e formular projetos para seu território, para sua cidade. É preciso que se desperte também para o fato de que o espaço geográfico é ativo e passivo, fator e reflexo da sociedade, e por isso mesmo passível de mudanças. A interpretação multilateral das realidades locais, das cidades, pode ampliar o grau de consciência dos alunos. Daí se coloca a necessidade de se ampliar as leituras, de compartilhar significados, de construir uma base para a compreensão da realidade para promover um ensino para a cidadania a todos.

O Ensino de Geografia deve dedicar-se, então, a ser uma possibilidade desalienante, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do espaço geográfico dos/aos alunos. Ademais, o Ensino de Geografia deve visar a que os alunos tenham contato com diversas abordagens que possam habilitá-los a, futuramente, refletir sobre como promover igualdade no acesso aos bens e serviços e resolver problemas vivenciados, centrando na efetiva realização de direitos; enfim, efetivamente, exercer sua cidadania em seu território.

Essa concepção sobre o propósito do ensino de Geografia, dentro do que o professor Álvaro propunha, também é compartilhada por outros pensadores da área.

Palacios (2012) reitera essa interpretação ao discorrer sobre o Ensino de Geografia. Ele sintetiza a importância da Geografia Escolar “na formação de cidadãos geograficamente informados e conscientes das potencialidades e limitações dos territórios que habitam” (Palacios, 2012, p. 132). A fim de atingir a formação cidadã, a educação geográfica deveria acontecer com as seguintes características: alteridade na escola, familiarização do aluno com a estrutura territorial e sua vinculação com instituições democráticas, exercício dos direitos cívicos, promoção de legitimidade da diversidade de pontos de vista, desenvolvimento da capacidade de argumentar e debater, estímulo ao pertencimento. A ideia é que os alunos possam “pensar globalmente e atuar localmente em benefício de seus espaços e comunidades” (Palacios, 2012, p. 133).

Dissertando, especificamente sobre a Educação Geográfica, Moraes e Castellar (2010), a definem como uma educação cujo objetivo é auxiliar o aluno a fazer a leitura e interpretação do espaço local e global, para que saiba fazer uso dos direitos e deveres do cidadão. As autoras descrevem, ainda, as competências desejáveis à aprendizagem de Geografia para a cidadania. Segundo elas, essas competências envolveriam saber utilizar os conceitos e as ideias científicas por meio de termos e palavras apropriados ao contexto; construir argumentos científicos relacionando os conteúdos científicos com a prática cotidiana; ler e interpretar os códigos da cartografia; saber fazer uso de conceitos que estruturam a Geografia Escolar, como o de território, região, sociedade, natureza, lugar, paisagem, espaço geográfico; articular Geografia da natureza e do homem; reconhecer-se como integrante e produtor do espaço em que vive; e perceber contradições no âmbito local e global.

Nessa perspectiva, será preciso planejar aulas para que os futuros cidadãos sejam capazes de delinear cenários e analisar mudanças sociais, políticas, tecnológicas, culturais, econômicas, ambientais e espaciais, bem como compreender a globalização e as relações global-local. Além disso, reconhecer as características da época histórica vivida, identificar as concepções ideológicas que prevalecem e ter visão ampla das dinâmicas da atualidade na busca por alternativas de ação. Essas são aprendizagens indispensáveis para a formação crítica que se almeja atingir por meio das aulas de Geografia. Vinte quatro anos se passaram, e as preocupações do professor Álvaro José de Souza para ensinar e aprender Geografia permanecem atuais. O desafio que ele nos colocava ainda está posto e carece de ser assumido e realizado.

Por fim, comunicar essas ideias por meio do diálogo é uma competência imprescindível. Daí a necessidade de estabelecer uma linguagem fundamentada e clara a todos, somada a configuração de um ambiente em que se sinta segurança de expressar e acolher as ideias, de ouvir e compreender, de falar e ser compreendido. Nesse sentido, as teorias e explicações que a Geografia acadêmica produz e oferece devem ser reconstituídas, traduzidas para serem aprendidas na escola. Defender pontos de vista com justificativas e embasamento teórico validado, reconhecer e avaliar o ponto de vista do outro, numa linguagem comum, são habilidades intrínsecas a todo esse projeto e devem fazer parte das aprendizagens da Geografia que visa à formação para a cidadania.

DA GEOGRAFIA LINGUÍSTICA A UMA LINGUÍSTICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: O ATO POLÍTICO DO FALAR E A PRODUÇÃO DE ARGUMENTOS E EXPLICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Não se trata unicamente de falar e não ser entendido. Trata-se, principalmente, de ser obrigado a falar o que não se entende e impedido de falar o que é entendido. (Souza, 1990, p. 32-33).

Na obra “*Geografia linguística*” (Souza, 1990), Álvaro José de Souza trata mais especificamente do poder que a imposição de uma língua conferiu aos colonizadores na conformação dos Estados Nações ao redor do mundo. No Brasil, menciona o colonialismo europeu que destruiu línguas nativas e impôs novos padrões linguísticos atendendo a missão da criação do mito da ideia de Brasil, dos símbolos, a língua como mais um elemento constituinte, mas que não condizem com a realidade de ocupação territorial que antes aqui vigorava. Traz as comunidades originárias e os escravizados como exemplo que destoam dessa realidade unificadora de um Brasil de todos, confrontando o território real e o território forjado do poder.

Fazendo um paralelo da imposição cultural de uma linguagem com o que ocorre na sala de aula, é muito comum que os professores adentrem esse ambiente seguindo o molde colonial, com discursos prontos, incompreensíveis à primeira vista, visando transmitir todo o conhecimento adquirido nos bancos universitários. De fato, deve soar estranho a um aluno recém-chegado aos anos finais do ensino fundamental todo esse vocabulário forasteiro, com termos completamente novos – *antropomórfico*, *intemperismo*, *tectônica de placas*, *biomas* - que lhes é imposto, via de regra, pelo currículo. Decorre em geral que se abandona todo um modo próprio de comunicar o que se sabe, em nome desse novo idioma que vem a ser predominante na escola. Com esse movimento perde-se um recurso precioso aos professores que daria suporte a suas aulas: o raciocínio próprio dos alunos que está presente em seus discursos em sala de aula.

Uma necessidade premente é reconhecer e incorporar a linguagem que o aluno traz de suas vivências pretéritas, cotidianas, em nossos planos de ensino. Não para nos contentarmos e nos mantermos nelas, mas para reconhecer a estrutura e as raízes daquilo que o alunado traz de aprendizado de sua geografia cotidiana, daquilo que ele sabe de sua geografia vivida para além da sala de aula, para que minimamente um diálogo possa se estabelecer entre alunos e professor. Conhecer o repertório dos alunos permite que criemos estratégias para associar o conteúdo ao que eles já sabem, enriquecendo e ampliando seus conhecimentos, suas construções e os modelos explicativos que eles já possuem. A hierarquia dos conceitos escolares acima dos cotidianos deve ser rompida e devemos estabelecer um

novo idioma em nossas aulas, uma linguagem de complementariedade entre o conhecimento prévio e o conhecimento escolar de modo a proporcionar aos alunos um ser/estar, agir e falar que o empodere em suas vivências enquanto cidadão do mundo.

Nesse sentido, promover o processo de argumentação⁴ na sala de aula é uma possibilidade de termos algum acesso ao que se passa na mente dos alunos e de aprofundarmos conhecimentos. De acordo com Jiménez-Aleixandre e Erduran (2008), a argumentação confere acesso aos processos cognitivos e metacognitivos, através do compartilhamento e externalização dos processos individuais de forma pública. Expor as ideias em sala de aula é algo atípico em aulas mais conservadoras e tradicionais. Salas de aula silenciosas, em que só se ouve a voz do professor, são avessas à promoção do ensino por argumentação. Para dispor do que a argumentação oferece de melhor, o empoderamento através do pensamento crítico, que implica na busca de evidências para as escolhas feitas e das competências comunicacionais, é preciso conceder a liberdade de fala e dar protagonismo aos alunos, com consideração e respeito ao seu “idioma” prévio. Ao longo das aulas, é possível promover o debate das ideias acerca de um conteúdo que está sendo trabalhado, propondo argumentar sobre situações problemas do cotidiano, como as de deslizamento de terra, de enchentes e inundações na cidade, por exemplo, que abrange a possibilidade de se compreender melhor como o modelado do relevo, a cobertura vegetal, os tipos de rocha e os usos do solo interferem em cada um dos fenômenos, dando a chance de que os alunos utilizem de seus conhecimentos prévios acerca de suas vivências com essas situações e ampliando com os novos conceitos passíveis de ser aprendidos nas aulas de Geografia. Associado à alfabetização científica, o ensino por argumentação proporciona o enriquecimento dos repertórios dos alunos. Assim, a argumentação propicia atribuição de significado ao conhecimento científico, a enculturação da prática científica e a constituição dos critérios epistêmicos em Ciências, para produzir, comunicar e avaliar o conhecimento produzido. Falar, discutir, embasar os argumentos e justificativas sobre o conteúdo de Geografia permite que o vocabulário desse novo idioma vá sendo incorporado. Por fim, a argumentação favorece o desenvolvimento de raciocínios em que os alunos devem fazer escolhas entre teorias e princípios que balizam o argumento ou estabelecimento de critérios para avaliar conhecimentos, bem como a validade das evidências e das alegações contidas nos argumentos.

Dentre outras aprendizagens atreladas estão o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades de persuasão, defesa de pontos de vista, justificação, oposição e embasamento de ideias uma vez que os alunos devem ser incentivados a argumentarem uns para os outros. A argumentação

tende a possibilitar também que os estudantes façam uma melhor tomada de decisões em contextos cotidianos, pois desenvolvem capacidades relacionadas à avaliação de múltiplas evidências e pontos de vista, [...] pode ajudar os estudantes a desenvolverem consciência social, principalmente em momentos em que acatam ou refutam ideias, advindas dos colegas ou outras fontes distintas (Ferraz, 2015, p. 46).

A argumentação culmina numa explicação geográfica embasada que poderá servir aos alunos na produção de suas ideias, na solução de problemas e na tomada de decisões em seu cotidiano. Essa aprendizagem envolve competências comunicativas, pensamento crítico e construção de conhecimento de maneira colaborativa, que são elementos basilares à sua efetiva participação cidadã. Nessa proposta dá-se protagonismo aos alunos, instrumentando-os com conhecimentos conceituais e procedimentais que os habilitam a exercer sua cidadania, dando-lhes voz para que suas demandas sejam ouvidas e,

sobretudo, atendidas. Dessa forma, mais uma vez retomamos a ideia da promoção da cidadania como um dos objetivos das aulas de Geografia associadas ao ensino por argumentação, pois “*A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada.*” (SANTOS, 2011, p. 83, grifo nosso). Para reclamar sua cidadania é preciso investir no aluno de modo a que possa defender seus direitos, de maneira embasada em conhecimentos e evidências validados, para ter acesso a todos os bens que a sociedade lhe empresta. Assim, abre-se um caminho e mais um desafio posto a nós professores de Geografia em nosso labor educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou explorar algumas ideias presentes no pensamento do professor Álvaro José de Souza sobre o ensino de Geografia e a formação para a cidadania e, nesse contexto, aproveitamos para traçar relações com as potencialidades pedagógicas do ensino por argumentação, como uma nova linguística para a área. Cooperar para que os alunos possam argumentar e reivindicar seus direitos cidadãos sobre seu espaço geográfico vivido de modo fundamentado e considerando a multiplicidade de pontos de vista emerge como um caminho viável e promissor para reforçar o papel da Geografia como um conhecimento poderoso de ser aprendido em sala de aula. As homenagens ao professor Álvaro seguirão vivas na medida em que pudermos continuar seu legado de buscar promover intencionalmente uma formação de pensamento crítico e de conscientização de nossos alunos sobre os fenômenos socioespaciais em nossas aulas de Geografia.

NOTAS

2 Em Santos (2011), a cidadania relaciona-se especificamente aos bens e serviços básicos ao acesso da população, além da consciência da realidade enquanto um todo, de uma percepção e compreensão das dinâmicas e dos ditames que rondam nosso mundo. A cidadania refere-se ao indivíduo e a seus direitos concretos e individualizados. Cidadania se aproximaria ao princípio de igualdade, sendo que ela precisa ser concretizada em leis e normas para ter validade. O percalço está entre o cumprimento do princípio de igualdade da cidadania e a desigualdade social própria do sistema capitalista e da sociedade de classes. Sincronicamente, a cidadania para Álvaro José de Souza está atrelada à seguinte concepção: “... a discriminação dos direitos básicos, a negação do transporte, a negação do saneamento, a negação da oferta de serviços, a negação do trabalho... é a negação do direito à vida. Porque entendemos, a vida se inicia efetivamente no momento em que a pessoa nasce, estendendo-se até o momento de sua morte. Se somos profissionais ligados a uma Ciência Social, a uma ciência que deve ter como prioridade o homem, a vida deve ter, para nós, uma conotação muito mais ampla: a vida não é somente o direito a vegetar, crescer, mas sim o direito a usufruir de toda e qualquer conquista que a humanidade consiga obter, e quando estas conquistas são benéficas apenas para uns poucos mas são negadas, inacessíveis a uma grande maioria, a uma grande massa da população mundial, estamos negando a essa mesma massa o direito à vida e talvez nós, cidadãos comuns, não detentores do poder, não estejamos tendo também o pleno direito à vida” (Souza, 2000a, p. 201).

3 “Não há homogeneidade, não há igualdade de direitos, não há um espaço igual para todo cidadão” (Souza, p. 170, 2000b).

4 Por argumentación se conoce esa capacidad de relacionar explicaciones y pruebas, o en otras palabras, de evaluar el conocimiento en base a las pruebas disponibles. (Jiménez-Aleixandre, 2010,

p. 11). A argumentação é entendida como uma atividade pertencente ao discurso que tem por função a justificação de pontos de vista, considerando objeções e perspectivas alternativas, cujo objetivo é tornar mais aceitáveis os pontos de vista em questão. A argumentação envolve em si elementos de explicação e justificação, que podem servir à persuasão e, ainda, à propiciação de avaliação de ideias e à comunicação, com abertura para validação em debate diante de diferentes interpretações (Leitão, 2011).

REFERÊNCIAS

- FERRAZ, A. T. **Propósitos epistêmicos para a promoção da argumentação em aulas investigativas de física**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- JIMÉNEZ-ALEIXANDRE, M. P.; ERDURAN, S. Argumentation in Science Education: An Overview. In: JIMÉNEZ-ALEIXANDRE, M. P.; ERDURAN, S. **Argumentation in Science Education: Perspectives from Classroom-Based Research**. Dordrecht: Springer, 2008.
- JIMÉNEZ-ALEIXANDRE, M. P.; ERDURAN, S. **10 ideas clave: competencias em argumentación y uso de pruebas**. Barcelona: Ed. Gráo, 2010.
- LEITÃO, S. O lugar da argumentação na construção do conhecimento. In: LEITÃO, S.; DAMIANOVIC, M. C. **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- MORAES, J. V. ; CASTELLAR, S. M. V. . Aprendizagem baseada na resolução de problemas/ PBL: Uma proposta para o ensino de Geografia. **Espaços da Escola** (UNIJUÍ), v. ano 20, p. 11-18, 2010.
- PALACIOS, F. A. Apontamentos sobre construção da Geografia educacional no Chile. In CASTELLAR, S. M. V. et al. (Org.) **Didática da Geografia: aportes teóricos e metodológicos**. São Paulo: Xamã, 2012.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. In SILVA, E. ; NEVES, G. R.; MARTINS, L. B. (orgs.) **Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).
- SOUZA, A. J. **Geografia linguística: dominação e liberdade**. São Paulo: Contexto, 1990.
- SOUZA, A. J. Milton Santos: da produção metodológica à consecução a prática. In Simpósio Multidisciplinar Internacional: o pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização. (I.: 1997: Bauru, SP). **Anais[...]** Milton Santos: cidadania e globalização. São Paulo: Saraiva; Bauru, SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000a.
- SOUZA, A. J. Urbanização versus humanização. In Simpósio Multidisciplinar Internacional: o pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização. (I.: 1997: Bauru, SP). **Anais[...]**. Milton Santos: cidadania e globalização. São Paulo: Saraiva; Bauru, SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000a.
- SOUZA, A. J. et al. Brasil: território de todos, território de alguns. In SOUZA, A. J. et al (org.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel, UNIOESTE, 2000b.
- SOUZA, L. R. D. **Potencialidades do conceito de território e da argumentação para a formação cidadã em aulas de Geografia**. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.